

## **PROJETO DE LEI Nº 0017/2025**

**Dispõe sobre a revisão gral anual aos servidores do Poder Legislativo, conforme prescreve o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta o seguinte:

### **PROJETO DE LEI:**

**Art. 1º.** Fica concedida revisão geral anual ao vencimento dos servidores do Poder Legislativo do Município de Lages, a fim de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, aplicando-se o índice de correção IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), de Janeiro a Dezembro de 2024 no percentual de 4,83% (quatro inteiros e oitenta e três centésimos por cento), retroativo a 1º de janeiro de 2025.

**Art. 2º.** A partir da aprovação desta Lei a data base para revisão geral anual, será o mês de janeiro de cada exercício.

**Art. 3º.** Os encargos desta Lei correrão à conta do Orçamento do Poder Legislativo.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2025.

**Mauricio Batalha Machado**  
*Presidente*

**Gabriel Córdova**  
*Vice-Presidente*

**Castor**  
*1º Secretário*

**Agessander Belezinha**  
*1º Vice-Presidente*

**Bruna Uncini**  
*2ª Secretária*



Poder Legislativo

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LAGES ESTADO DE SANTA CATARINA

### JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que visa conceder a revisão geral anual aos servidores do Poder Legislativo do Município de Lages/SC, isso observando a inflação do ano de 2024, a qual atingiu percentual de 4,83% (quatro inteiros e oitenta e três centésimos por cento), de acordo com IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da CF, estabelece que a remuneração dos servidores públicos deve ser periodicamente atualizada para evitar a corrosão inflacionária, tratando-se, portanto, de um direito constitucional.

Importante destacar, ainda, que não se trata de reajuste salarial, sendo que este consiste em aumento real dos vencimentos, o que não é objeto do presente Projeto de Lei. Necessário esclarecer, ainda, que a revisão proposta não alcança o subsídio dos vereadores.

Sendo essas as razões que nos levam a submeter à elevada apreciação dos nobres colegas o presente Projeto de Lei, esperando sua breve apreciação e aprovação.

**Mauricio Batalha Machado**  
*Presidente*

**Gabriel Córdova**  
*Vice-Presidente*

**Castor**  
*1º Secretário*

**Agessander Belezinha**  
*1º Vice-Presidente*

**Bruna Uncini**  
*2ª Secretária*